

Notícias Sindicais, 15/08/14

Portal da CUT

Policiais civis da Bahia fazem paralisação de 72 horas na próxima semana

14/08/2014

Servidores reivindicam publicação do decreto que regulamenta as promoções e protestam contra violência e más condições de trabalho

Escrito por: Michele Coutinho - SINDPOC

Os policiais civis da Bahia decidiram, em assembleia promovida pelo SINDPOC na manhã de quarta-feira (30), paralisar as atividades por 72h nos dias 18, 19 e 20 de agosto. O início será às 8h do dia 18 e terminará às 8h do dia 21. A paralisação é em protesto aos crescentes casos de homicídios contra policiais registrados no Estado nos últimos meses; falta de estrutura nas unidades de polícia; o fosso salarial entre as carreiras da Polícia Civil e o atraso na publicação do Decreto que regulamente as promoções da classe II para I.

Este ano, foram registrados na Bahia vários casos de policiais mortos. De janeiro a julho já morreram cerca de dezessete, sendo três civis. A publicação do decreto que regulamenta as promoções é outra questão reivindicada pelos servidores. O governo ficou de publicar em abril e até agora nada.

"O pessoal já não suporta mais esperar, eles querem que seja dada uma deliberação quanto a isso logo, até porque é uma questão de merecimento", ressaltou o presidente do sindicato Marcos Maurício ao destacar o fosso salarial entre delegado e as demais carreiras da Polícia Civil como outro ponto de discussão da categoria.

"Não é possível que dentro de uma instituição que possui sete carreiras, onde todos trabalham e trabalham muito para que a violência diminua ter um grande distanciamento salarial como o que existe hoje", indagou ao salientar que o sindicato está buscando a redução ou a aniquilação total desse fosso entre os salários, que é aviltante.

Portal da CUT

Dataprev mantém monólogo nas mesas de negociação com FENADADOS

14/08/2014

Federação e Sindicatos apresentam contraproposta salarial; nova rodada de negociações acontece em 27 de agosto

Escrito por: Jussara Magalhães - FENADADOS

A direção da Dataprev demonstra, após rodada de negociação realizada nesta terça-feira (12), que sua intenção é apenas retirar direitos históricos, sem ceder um milímetro na sua proposta de reajuste salarial achatado (pela inflação oficial), e sem ganho real que mantenha dignamente o poder aquisitivo dos empregados da empresa.

Apesar dos esforços da representação dos trabalhadores e trabalhadoras (Fenadados e sindicatos), que reiterou sua posição de privilegiar o processo negocial e, diante da alegação da empresa de dificuldades de fluxo de caixa, solicitou à Dataprev que analise a contraproposta apresentada, trazendo para a próxima rodada de negociações propostas alternativas, que contemplem ganho real, a empresa foi taxativa e manteve o que já havia sido proposto e rejeitado pela categoria, em assembleias.

A contraproposta apresentada pelos trabalhadores e trabalhadoras é:

- Manutenção das cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho;
- Reajuste salarial pelo ICV Dieese 7,05% + 2% a título de ganho real; e
- Reajuste do tíquete alimentação pelo ICV Dieese Alimentação Fora do Domicílio, 9,34%.

Diante da impossibilidade de dar prosseguimento a qualquer tipo de negociação proveitosa, a mesa foi encerrada e marcada uma nova rodada de negociações para o dia 27 de agosto.

A hora, portanto, é de os trabalhadores e trabalhadoras da Dataprev mostrarem com firmeza ao "patrão" que estão insatisfeitos. União e luta!

Portal da CSB

MTE publica resolução sobre negativa de registro de estatuto sindical por cartórios de SP

Entidades que sofrerem perseguição dos cartórios por terem mandatos superior a três anos terão o registro reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego

Em resolução publicada em 14 de agosto de 2014, no Diário Oficial da União, o Ministério do Trabalho e Emprego informa que os sindicatos que receberem negativa dos cartórios do Estado de São Paulo para o registro de seu estatuto ou atas eleitorais deverão apresentar ao MTE este documento acompanhado da negativa cartorária, para depósito e registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).

A medida do MTE foi necessária devido a uma interpretação equivocada de um artigo da CLT que restringia o tempo de mandato e a quantidade de diretores dos sindicatos. A Constituição de 1998, que assegurou liberdade de organização e autonomia aos sindicatos, não recepcionou este artigo. Mesmo assim, uma decisão interlocutória e isolada no estado de São Paulo motivou esta interpretação invasiva e autoritária por parte dos cartórios paulistas.

A decisão é uma vitória para os sindicatos de São Paulo. Para uma entidade sindical, o registro tem toda a importância, pois ele pressupõe a unicidade, representação, base territorial e localização no sistema confederativo. O sindicato nasce para representar a categoria preexistente e sem organização em determinada área territorial. Segundo a Constituição Federal, compete ao ministro de Estado do Trabalho decidir sobre o registro de sindicatos e das correspondentes federações e confederações, proibida qualquer alteração dos respectivos estatutos.

Confira a íntegra Nota Técnica da resolução:

Tendo em vista a celeuma criada a respeito da negativa dos Cartórios do Estado de São Paulo de registrar estatutos que apresentem critérios diferentes do que consta na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tal como mandado superiores a três anos ou mais de vinte quatro dirigentes, isso com base em uma decisão judicial isolada, com fundamento nas razões da NOTA INFORMATIVA/CGRT/SRT/Nº. 159/2014 e na NOTA TÉCNICA Nº.37/GAB/2014/SRT/MTE, conforme determina o art. 49 da Portaria 326, de 01 de março de 2013, esta Secretaria firma entendimento por meio do enunciado:

Enunciado III – “I. Direito Constitucional e do Trabalho.

II. Registro de Estatutos de Entidades Sindicais.

III. Liberdade Sindical.

Inteligência do Art. 08º, da Constituição Federal.

NOTA INFORMATIVA/CGRT/SRT/Nº. 159/2014. NOTA TÉCNICA Nº.37/2014/GAB/SRT/MTE.

Quando for oposto impedimento, no caso de atualização de mandato de diretoria, de registro pelos cartórios de atas de eleição e de posse com fundamento em duração de mandato superior a três anos ou inobservância do quantitativo de dirigentes, a entidade sindical apresentará ao MTE estes documentos, acompanhados da negativa cartorária, para depósito e registro no CNES.”

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

Portal Mundo Sindical

Para diretor técnico do Dieese, Ministério do Trabalho deve aprimorar fiscalização do trabalho doméstico

O Ministério do Trabalho e Emprego começou, na semana passada, a fiscalização do registro de trabalhadores domésticos em carteira de trabalho. Caso o MTE receba denúncias – nas quais a identidade do denunciante será mantida em sigilo – de empregadores em situação irregular, o órgão poderá solicitar o envio da documentação à Superintendência Regional do Trabalho e, em casos mais extremos, a informalidade do trabalhador doméstico pode resultar em multa de até R\$ 805,06 para o patrão.

Na visão do diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, comentarista da Rádio Brasil Atual, as medidas de fiscalização indireta são positivas, mas precisam ser aprimoradas. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a residência é um reduto inviolável, e só pode ser fiscalizada por meio de ações judiciais ou diante de eventos extremos. “O Ministério do Trabalho precisa melhorar o sistema de fiscalização para corrigir aquelas situações em que a obrigação de registro não é cumprida, mesmo com a inviolabilidade da residência. Isso pode ser feito com ato educativo para que a família efetue a regularização ou, quando isso não ocorrer, estabelecimento das multas previstas em lei”, explica.

O registro em carteira de trabalho de todo trabalhador doméstico é uma obrigação prevista na CLT e a punição para o empregador que não cumpre essa medida está regulamentada na Lei 12.964, de 2014, e na PEC das Domésticas, emenda constitucional aprovada em abril do ano passado. Ainda assim, de acordo com o último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizado em 2012 pelo IBGE, 70% dos trabalhadores domésticos são informais.

Fonte: Rede Brasil Atual - 14/08/2014

Portal Mundo Sindical

Bancários fazem protesto e fecham agências do Santander em Maceió

Um grupo de funcionários do Banco Santander e dirigentes do Sindicato dos Bancários em Alagoas realiza um protesto em Maceió, nesta quinta-feira, 14. Eles denunciam assédio moral por parte da gerência das agências.

Neste momento, segundo o sindicato, o atendimento segue suspenso em seis agências de Maceió. A categoria alega que o protesto é contra o estabelecimento de metas abusivas e a forte

pressão exercida pelas gerências para que os trabalhadores cumpram os alvos estabelecidos. As cobranças, segundo o Sindicato, têm sido feitas de forma exagerada, com ameaças e constrangimentos aos bancários.

Ainda segundo o Sindicato, a paralisação nas agências do Banco Santander pode se estender até às 12 horas desta quinta-feira. Porém, se o Sindicato não for chamado para dialogar as agências ficarão fechadas até às 16 horas.

Fonte: Primeira Edição - 14/08/2014

Portal da CUT

Trabalhadores são resgatados em fazendas no interior de MG

14/08/2014

Lavradores eram submetidos a condições degradantes de trabalho em cafezais de Ibiraci

Escrito por: MPT

Operação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais resgatou 57 trabalhadores em situação semelhante à escravidão. Eles foram aliciados nos municípios de Anagé e Brumado (BA), com a promessa de bons salários, para trabalhar em três fazendas de café em Ibiraci (MG). No grupo havia sete menores de idade. Uma das fazendas autuadas é reincidente na prática criminosa e tem nome inscrito na lista suja do trabalho escravo, mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De acordo com o coordenador da ação, o auditor Fiscal do Trabalho, Marcelo Campos, os trabalhadores foram flagrados em péssimas condições de trabalho e de vida. "Além da falta de registro nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), os fazendeiros não disponibilizavam camas, sanitários, locais para refeições e água potável nem Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como chapéu, luvas, botina, dentre outros."

Para agravar a situação, o local estava superlotado e não oferecia as mínimas condições de segurança. "As vítimas estavam alojadas em locais sem condições de habitação, totalmente sujos, com botijões de gás nos quartos e moradia coletiva de família, no caso das duas últimas fazendas", ressaltou Campos.

Na força-tarefa, foram emitidos cerca de 100 autos de infração contra as propriedades rurais, que tiveram que pagar R\$ 407 mil em verbas rescisórias e dano moral aos resgatados. A ação teve o apoio da Polícia Federal e ocorreu no período de 21 de julho a 1 de agosto.

Portal do MST

Sem avanços, 2.500 trabalhadores rurais permanecem mobilizados no Pará

14 de agosto de 2014 - *Da Página do MST*

Mais de 2.500 trabalhadores rurais voltaram às margens da BR 155, em Eldorado dos Carajás (PA), após o fracasso da reunião entre os movimentos sociais do campo com o do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Marabá e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), realizada nesta quarta-feira (13).

A reunião entre trabalhadores rurais, a superintendência regional do Incra e representantes do Iterpa terminou sem maiores avanços em relação a pauta apresentada pelos trabalhadores rurais.

Os Sem Terra decidiram suspender a reunião até a próxima quarta-feira (20), para obter ações mais concretas na pauta fundiária, como a regularização pelo Estado da Fazenda Peruano e a desapropriação das fazendas de posse do Grupo Santa Bárbara ocupadas pelos trabalhadores.

As mobilizações em defesa da Reforma Agrária iniciaram na manhã da última terça-feira (11), quando cerca de 1.500 pessoas ligadas aos movimentos sociais do campo trancaram rodovia BR-155, em Eldorado dos Carajás, por mais de 20 horas.

A pista tinha sido liberada na manhã desta quarta-feira, após terem conseguido marcar a reunião com os órgãos fundiários. Entretanto, os trabalhadores rurais seguem exigindo ações concretas dos órgãos públicos na desapropriação de terras e políticas públicas efetivas em defesa da agricultura camponesa.

"O que saiu da reunião foram outras reuniões, mas o que queremos são ações efetivas", disse Francisco Moura, da coordenação do MST.

Outras reuniões foram marcadas na sede do Iterpa, em Belém, para tratar questões judiciais das áreas do Estado. Também foram marcadas conversas com o Incra para discutir a pauta dos assentamentos da região.

Os trabalhadores rurais seguem mobilizados até a próxima quarta-feira (20), data de ambas reuniões.

Portal da CUT

Sindicatos do Distrito Federal aderem ao FNDC e fortalecem luta pela Mídia Democrática

14/08/2014

Atividade também marcou o lançamento do Prêmio Luiz Gushiken de Jornalismo Sindical e Popular

Escrito por: CUT-DF

Na mesma solenidade de lançamento do novo portal da CUT-DF, a Central promoveu a filiação coletiva dos sindicatos CUTistas ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) – seção DF.

A própria CUT-DF, o Sindpd-DF, Stiu, Fitratelp, Sindicato dos Bancários, Sindser, Sindserco, Sindsepem-Val e Sindaero registraram a adesão, unindo-se aos já filiados Sinpro, Sindijus, Sindicato dos Jornalistas e Sinpaf. Inúmeros outros sindicatos estão em processo de filiação.

O FNDC busca, especialmente, a aprovação de Lei da Mídia Democrática, de iniciativa popular, visando regulamentar a Constituição em relação às rádios e televisões brasileiras. Entre outros objetivos do FNDC estão a adoção de um planejamento estratégico para a área das comunicações, com ampla participação de todos os setores da sociedade interessados, como condição para o alcance de objetivos nacionais, a construção democrática da vontade nacional, a afirmação da autonomia estratégica do país, assim como da cidadania e da dignidade humana.

O presidente da Central, Rodrigo Britto, destacou que o movimento sindical vive um momento relevante da luta pela democratização da comunicação, e que é necessário combater o monopólio e a manipulação da informação pelo setor empresarial.

“Infelizmente ainda existe o monopólio da grande mídia, que manipula as informações de acordo com os interesses da elite dominante do país. Pretendemos que todos tenham voz ativa. Por isso, convidamos as entidades filiadas à CUT a se integrarem ao FNDC, pois é nessa luta que garantiremos que todos tenham o direito expressar as suas opiniões sem filtros, garantindo a democratização nos meios de comunicação”, disse.

Seguindo esse raciocínio, a secretária de Imprensa do Sindicato dos Bancários de Brasília, Talita Régia, enfatizou que “essa luta deve, sim, ser encampada pelo movimento sindical para que a gente tire esse monopólio da comunicação, com a mídia controlada por seis ou sete famílias”. Para Talita, eles [os grupos de mídia] apresentam o que eles querem, o que a população deve pensar.

“Costumo dizer que a verdade tem três versões; a minha, a sua e a verdade de fato. E com esse monopólio acaba sendo apresentado apenas um lado da história, um lado da verdade. Por isso os sindicatos devem mostrar aos seus trabalhadores, que integram essa sociedade, a importância de ter acesso a informações diferenciadas, no sentido de que eles criem seu julgamento próprio”.

A secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, lembrou que a informação é questão central para desenvolver a cidadania. “Para nós da CUT, a democracia da comunicação é o direito ao acesso à informação, é trabalhar a informação como política pública, como um direito que o trabalhador deve exercer”.

Para o diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), José Carlos Torves, democratizar a comunicação é desconcentrar a mídia e ter uma regulação hoje no país. “A concentração cria um prejuízo especialmente para a classe trabalhadora e para os profissionais do jornalismo. Com as mídias concentradas, apenas as elites têm espaço para manifestar suas vontades”, disse.

Para chamar as entidades a integrarem o FNDC, o secretário de Comunicação da CUT-DF, Marco Júnio Duarte Nouzinho, que coordenou a mesa do ato de filiação coletiva ao FNDC, enfatizou que “precisamos mudar a mídia brasileira, trazê-la para as mãos da sociedade e não de meia dúzia de empresários que não nos representam”.

Lançamento do Prêmio Luiz Gushiken de Jornalismo Sindical e Popular

Ponto alto das atividades desta quarta-feira (13), a CUT-DF promoveu o lançamento do Prêmio Luiz Gushiken de Jornalismo Sindical e Popular, que visa a reconhecer os trabalhos de profissionais e dirigentes que colaboram para a promoção da comunicação sindical e popular, para a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e da população excluída, para as lutas por justiça e igualdade social e para a democratização dos meios de comunicação. Além disso, procura estimular a produção e a pesquisa de estudantes universitários sobre a comunicação sindical e popular.

O presidente da CUT-DF, Rodrigo Britto, classificou o prêmio como de alta relevância, pois valoriza os profissionais que militam, trabalham, na área da comunicação sindical. “É uma oportunidade de valorizar quem colabora com os avanços e conquistas para a classe trabalhadora, seja escrevendo textos, fazendo vídeos, publicando charges, ou seja, com materiais que ajudam a levar nossa mensagem para toda a sociedade, defendendo os interesses dos trabalhadores”.

Idealizador do prêmio, o secretário nacional de Organização e Política Sindical da CUT, Jacy Afonso, enfatizou o protagonismo da CUT regional e lembrou a trajetória histórica de Luiz Gushiken. “O Gushi era uma pessoa extraordinária e esse prêmio se tornará disputado. Será um orgulho para

qualquer um ter um prêmio desse peso em casa. Ele [Gushiken] discutiu uma nova democratização dos meios de comunicação, como criou as mídias regionais. Esse prêmio consegue juntar o debate sobre a democratização dos meios de comunicação, o papel do sindicalista e o papel do jornalista que transmite essas informações, reconhecendo o trabalho que Gushiken teve sempre na busca de unidade”, lembrou.

“Esse prêmio homenageia um dos precursores da mudança sindical bancária. Gushiken participava ativamente da produção de material de comunicação do sindicato, da distribuição. Isso em 1979. Anos mais tarde, já na presidência da República, ele nunca deixou de discutir esse assunto, que os trabalhadores têm que ter a sua pauta, têm que discutir como enfrentar as dificuldades nas empresas e se a gente não se comunicar – ele sempre dizia isso – nossa força será diminuída. Esta é uma homenagem mais do que justa”, destacou o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Eduardo Araújo.

A diretora do Sindicato dos Professores no DF (Sinpro), Rosilene Corrêa, – apoiadora do prêmio e dedicada ao desenvolvimento da comunicação sindical – enfatizou que esta foi uma iniciativa acertada. “A homenagem é merecida e movimenta os jornalistas, questionando a qualidade do enfrentamento que fazemos na disputa pela hegemonia. Temos muito a fazer, pois nossa responsabilidade é grande”.

Para o coordenar-geral do Sindicato dos Jornalistas, Jonas Valente, a CUT-DF deu um passo importante, “pois é muito importante ter um prêmio que olhe para o jornalismo sindical e popular, reconhecendo essa forma de jornalismo. O prêmio vem como um marco para valorizar esses profissionais”, disse.

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, lembrou a figura de Luiz Gushiken, “um visionário, uma pessoa que acreditava no futuro”. Segundo Vagner, muito mudou, muito foi feito, mas há muito a fazer e o prêmio reforça a crença no poder transformador da classe trabalhadora.

Premiação

A premiação da primeira edição do concurso está prevista para outubro deste ano, em data e local a ser anunciado.

O regulamento do Prêmio Luiz Gushiken de Jornalismo Sindical e Popular, com categorias de trabalhos, prazo e procedimentos de inscrições, e demais informações estão no próprio site da CUT Brasília.

São oito categorias em disputa: Artes, Fotografia, Televisão e Vídeos, Rádio, Impresso, Internet, Especial e produção estudantil.

Entre os oito ganhadores finais, será escolhido o vencedor geral e um segundo colocado. O primeiro ganhará viagem para Porto Seguro, com estada de uma semana, direito a um ou uma acompanhante e despesas pagas (passagens aéreas, alimentação e deslocamentos), mais um prêmio em dinheiro. O segundo colocado receberá prêmio em dinheiro.

Importante: as inscrições vão até o dia 12 de setembro de 2014. Não perca tempo.

Portal Gestão Sindical

Hidronegócio extermina usos sociais da floresta e águas amazônicas

14/08/2014 por Correio da Cidadania

Escrito por Lou-Ann Kleppa e Luis Fernando Novoa Garzon (*)

Assim que o Brasil – ou os que o dominam – resolveu ser o principal estoque de insumos básicos do mundo, logo a Amazônia foi enquadrada como seu principal estoque interno. Parece não haver Código, Lei, Constituição, Tratado, Convenção ou alguma memória ou ética que impeça a exploração da integralidade das jazidas minerais, dos recursos energéticos, dos espaços de logística e circulação presentes na Amazônia. Por exemplo, os linhões de transmissão já feitos (e outros projetados) para o segundo ciclo de grandes hidrelétricas na região (Santo Antônio e Jirau, Belo Monte, Tabajara e Complexo Teles Pires e Tapajós) precisam percorrer mais de 3 mil quilômetros de extensão em contínua e alta voltagem. Isso já demonstra a que missão vieram. É energia para ficar à disposição de plantas industriais eletro-intensivas onde quer que estejam. Aqui tem energia barata para os que se dedicam a ampliar a produção de commodities, anunciam concessionárias e governo.

É tanto favor ao hidronegócio que, nesse caso, é a energia que se deslocaliza. E energia hidrelétrica provida de megaprojetos deslocaliza modos de vida sustentadores de biomas. Sem maiores formalidades, foi posta em vigor uma política de extermínio dos usos sociais da floresta e das águas. Cada megaprojeto desses implica em implosões de sociabilidades e socializações. São sacrifícios sociais impostos que sequer são dimensionados, muito menos avaliados e discutidos publicamente.

As usinas no rio Madeira já eram computadas por instâncias gabaritadas do próprio governo como um caso de “desastre social”. Não se admitia o “desastre ambiental” strictu sensu, tendo em vista os efeitos minimizados prospectiva e retroativamente pela tecnologia das “usinas a fio d’

água”, com argumentos do tipo: “fossem usinas com reservatórios convencionais, os impactos seriam maiores”.

Mas o desastre social ninguém negava: a Secretaria Especial de Direitos Humanos acompanhou e registrou os surtos de estupros, casos de violência contra mulheres e crianças e exploração sexual de adolescentes em Jacy-Paraná entre 2008 e 2012. O Ministério do Trabalho e a Secretaria da Presidência atestaram condições análogas à escravidão nos canteiros de obra, cuja expressão mais visível foi a rebelião operária de Jirau em 2011.

O Ministério da Pesca sabe que milhares de pescadores artesanais perderam sua capacidade de sustento e que nenhum programa compensatório pode alterar o fato que o trecho superior do rio Madeira foi transformado em dois degraus que alteraram de forma drástica os fluxos – de água, sedimentos e seres vivos – que provinham das cabeceiras nos Andes e seu deságue nas terras baixas do Amazonas.

O Ministério de Desenvolvimento Social e até o IBAMA atestaram a inviabilidade econômica dos reassentamentos realizados pelos consórcios e comprovaram a desagregação familiar e pulverização dos reassentados nas periferias de Porto Velho.

Com a grande cheia de 2014, potencializada pela imprevidente operação dos “peculiares” reservatórios das usinas, agora querem apagar o rastro dos desastres acumulados. O “desastre foi natural”, repetem dirigentes dos consórcios, técnicos dos órgãos licenciadores e fiscalizadores, senadores, governador do estado e até a presidenta do país. Tratamento padrão para “calamidade natural” a fim de ocultar a calamidade construída e que continua em curso.

Seria necessário suspender as licenças de operação das duas usinas e repensar o projeto “Complexo Madeira” como um todo, incluindo suas extensões, ramificações e seu efeito cumulativo na bacia. Mas não é o que pensam o setor elétrico e o governo (em processo de reeleição). Selou-se um pacto de silêncio e inação dos órgãos fiscalizadores e do próprio Poder Judiciário para que não se ponha óbice a projetos de infraestrutura do PAC, considerados “estratégicos para o país”.

Na estratégia dos promotores do Complexo Madeira, colam-se muitas outras estratégias empresariais convergentes no intuito da incorporação prévia de blocos de recursos naturais e eixos de passagem interoceânicos. Por isso agora as estradas voltam a ser priorizadas.

Os caminhos na Amazônia eram os rios. Com a chegada das estradas, a pilhagem foi viabilizada. O mercado faz seu traçado olhando o mapa abstrato e uma planilha de custos. A Belém-Brasília, a Transamazônica (ainda que não completamente pavimentada), a BR 364 (Cuiabá-Rio Branco) e agora a BR 163 (Cuiabá-Santarém) foram e estão sendo edificadas com histórias nada edificantes ao longo de cada trecho.

O caso mais recente, a pavimentação da BR 319 (Porto Velho-Manaus) prossegue sem licenciamento específico, sem que se adotem medidas adicionais de fortalecimento das Unidades de Conservação e terras indígenas no seu percurso. Nada contra estradas em geral, mas quando determinadas vias produzem espaços homogêneos que propiciam situações de etnocídios e biocídios, é preciso falar o que vem junto com as estradas e o que não vem.

A construção de vias de acesso de larga escala a regiões situadas na fronteira do mercado traz embutidos projetos de desarticulação e rearticulação de um conjunto de territorialidades não mercantis. É o que deveria ser admitido e discutido. Para podar qualquer discussão, no entanto, sempre haverá uma situação de exceção à disposição. O risco de um novo apagão impôs a expansão da fronteira elétrica na Amazônia em marcha forçada. Em seguida não podem abrir mão das taxas mínimas de “crescimento” frente à crise internacional e novas exceções são abertas: desregulamentações, subsídios e incentivos diretos aos “setores dinâmicos” da economia. E se há um desastre ampliado, associado a grandes variações pluviométricas, aflora então, com mérito salvacionista, um governo de exceção que faz a “gestão da urgência” durante o meio e o pico da última cheia do rio Madeira.

Dois exemplos disso foram estradas representadas e reivindicadas como grande solução depois do isolamento provocado pela cheia: a estrada Parque, que foi anunciada nos jornais como única alternativa para ligar Guajará-Mirim à BR 364, artéria do estado de Rondônia; e a estrada que liga a BR 319 às comunidades ribeirinhas do Maravilha e Niterói, situadas a jusante da usina de Santo Antônio. Essa última estrada foi construída de forma praticamente clandestina com a alegação de que era preciso refazer acessos destruídos pelos efeitos da cheia.

A Estrada Parque, a BR 421, atravessa o Parque Estadual de Guajará-Mirim. Este parque é contíguo com o território da etnia Karipuna e sabe-se que há na região indícios de índios não contatados pelos brancos (o termo “isolados” é corrente, porém, mais justo seria: “resistentes voluntários à modernidade capitalista”). A estrada tinha sido interdita como resultado do trabalho do Ministério Público Federal de Rondônia em março de 2014, com o argumento de que era preciso proteger a vida da/na floresta. No mesmo mês a estrada foi reaberta, inviabilizando a área de proteção integral. Depois que as águas baixaram e a BR 364 foi liberada, não se teve notícia da

reversão dessa decisão que fere frontalmente direitos conquistados pelos povos indígenas. Pelo contrário, as manchetes de jornais locais comemoram que a Estrada Parque "está garantida".

A estrada nova que fica na margem esquerda do Madeira se tornou solução para a especulação fundiária/imobiliária estimulada pela construção da primeira ponte que atravessa o rio. A estrada que parte da BR 319 não parece regulamentada: além de não haver placa indicativa, simplesmente quebraram a guia da BR na largura da estrada nova. A comunidade Maravilha teve a sua chamada "estrada da beira" tomada pelo rio Madeira e pela lama e acabou ficando muito perto da barranca devido à erosão das praias. A comunidade de Niterói, onde surgiram muitos lotes e loteadores, se tornou a cabeça de ponte para expandir o negócio da incorporação imobiliária e fundiária.

O problema é que a estrada fragiliza ainda mais a porção mais preservada da APA (Área de Proteção Ambiental) Rio Madeira, onde ainda muitas famílias agroextrativistas persistem em manter sua economia de subsistência e/ou semi-mercantil. A comunidade Maravilha é uma das poucas áreas próximas a Porto Velho que contém manchas de floresta densa, olhos d'água e formas de interação tradicional com o meio ambiente. A ponte nova, associada à estrada já cascalhada, estende a cidade de Porto Velho e suas assimetrias para a margem esquerda do rio Madeira.

(*) Lou-Ann Kleppa e Luis Fernando Novoa Garzon são professores da Universidade Federal de Rondônia.

Organizado por Ernesto Germano